

CDU 312 (812/814)

NORDESTE: * DIFERENCIAIS DEMOGRÁFICOS REGIONAIS E SEUS DETERMINANTES

Tânia Bacelar de Araújo
Economista da Sudene
e Secretária de Planejamento
do Estado de Pernambuco

A população residente no Nordeste ultrapassou os 34 milhões de pessoas, em 1980, o que representa pouco menos de 30% do efetivo demográfico do Brasil, sendo a segunda região brasileira em contingente populacional.

Embora seu crescimento vegetativo permaneça elevado (2,5% a.a.), o aumento populacional real, observado na última década (2,2% a.a.) - inferior ao vegetativo por influência da emigração para outras regiões - foi inferior ao da década precedente.

Na data do último Censo Demográfico, a maior parte da população regional já residia em quadros urbanos (50,4%), embora o Nordeste continue a apresentar o mais baixo grau de urbanização dentre as regiões brasileiras.

A região detém o maior contingente de população rural do País (45% em 1980) e tem aumentado essa representatividade (detinha 40% dos habitantes rurais brasileiros, em 1970).

(*) *O presente trabalho, elaborado para integrar uma das sessões do grupo de trabalho sobre "Diferenciais Demográficos Regionais e seus Determinantes", do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), em 1984, utilizou-se largamente dos subsídios constantes de diversos trabalhos dos estudiosos nordestinos que participaram do Seminário "NORDESTE: DIFERENCIAIS DEMOGRÁFICOS REGIONAIS E SEUS DETERMINANTES", realizado no Recife, de 6 a 8 de fevereiro de 1984, sob os auspícios da ABEP, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e da SUDENE. Naquele evento, a autora do presente texto elaborou e apresentou uma síntese dos temas, teses, dados, análises e conclusões do seminário, na sua sessão final. A contribuição do Nordeste ao IV Encontro da ABEP resultou, assim, do esforço coletivo de vários especialistas preocupados com a dinâmica demográfica de sua região, mas os erros e omissões devem ser atribuídos exclusivamente à autora deste trabalho.*

Por perda de prazo, este trabalho não pôde ser incluído nos Anais do IV Encontro Nacional da ABEP (1984). Contudo, decidiu-se publicá-lo em revista

Isso terá importância no comportamento das variáveis demográficas básicas, como se verá adiante. O Nordeste continua a se destacar, no País, por seus elevados níveis de fecundidade, de mortalidade e de emigração. Mas mudanças importantes se verificaram na última década, especialmente no que se refere ao comportamento da fecundidade, como se mostrará a seguir.

1. O COMPORTAMENTO DA FECUNDIDADE

1.1. As tendências

A queda no nível de fecundidade no Nordeste, na última década, foi uma das principais revelações do Censo Demográfico de 1980.

O Índice de Fecundidade Total (IFT)¹, que se mantinha praticamente inalterado desde os anos trinta, apresenta uma queda de quase 20% entre a década de sessenta e a de setenta, passando de 7,5 para 6,1 filhos por mulher. Portanto, em média, as mulheres nordestinas tiveram 1,4 filhos a menos nos anos setenta. (Ver Tabela 1)

Quando vista no contexto nacional, essa redução no nível de fecundidade nordestina revela grande retardamento. O Nordeste tem historicamente apresentado os mais altos níveis de fecundidade do País. O índice de 6,1 filhos tidos por mulher¹ alcançado pela Região na última década era a média

Essa média nacional vem sofrendo declínio desde os anos sessenta, atingindo o índice de 4,4 filhos tidos por mulher nos anos setenta. Esperando brasileira na década de trinta.

científica, a fim de manter o registro e permitir a comparabilidade das informações e análises nele contidas com as dos estudos congêneres sobre cada uma das demais regiões brasileiras, que constam dos referidos Anais. Acrescente-se, nesta oportunidade que o documento original está sendo aqui produzido sem que a autora pudesse dispor de tempo para fazer uma revisão final do mesmo.

- 1) O IFT representa a média de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final do seu período reprodutivo, se estas experimentarem um determinado conjunto de taxas específicas de fecundidade.

TABELA Nº 1
REGIÃO NORDESTE: Índice de fecundidade total, por Estado e por quadro domiciliar. 1940-80.

	1940	1950	1960	1970			1980				
				Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural		
										Total	Urbano
Região Nor-											
deste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,44	8,45	6,13	4,94	7,66		
Maranhão	6,64	6,86	7,11	7,26	7,07	7,36	6,93	5,88	7,40		
Piauí	7,45	8,10	7,78	7,84	7,06	8,23	6,54	5,09	7,80		
Ceará	8,30	7,88	7,53	7,74	6,46	8,80	6,05	4,91	7,75		
Rio Grande											
do Norte	8,37	8,31	8,21	8,44	7,19	9,81	5,67	4,73	7,45		
Paraíba	8,39	8,07	7,58	7,74	6,53	8,78	6,19	5,13	7,65		
Pernambuco	6,65	7,17	7,18	7,03	6,04	8,45	5,40	4,35	7,59		
Alagoas	6,62	7,25	7,33	7,58	6,42	8,46	6,67	5,23	8,39		
Sergipe	6,73	7,44	7,24	7,87	6,43	9,29	6,03	4,72	8,05		
Bahia	6,75	7,39	7,32	7,48	6,37	8,41	6,23	5,13	7,57		

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

para o Nordeste um comportamento semelhante ao observado em outras regiões brasileiras, pode-se prever que a fecundidade nordestina continuará a declinar nas próximas décadas.

Importa ainda destacar que o diferencial de fecundidade entre o Nordeste e a média nacional tendeu a se ampliar, o que mostra que a queda, além de mais recente, é mais lenta que em outras áreas do País. (Ver Tabela nº 2).

TABELA Nº 2
BRASIL E NORDESTE: Índice de Fecundidade Total

Período	BRASIL (1)	NORDESTE (2)	Diferencial	
			Absoluto (2) - (1)	Relativo %
1930 - 1940	6,2	7,2	1,0	16,1
1940 - 1950	6,2	7,5	1,3	20,9
1950 - 1960	6,3	7,4	1,1	17,5
1960 - 1970	5,7	7,5	1,8	31,6
1970 - 1980	4,4	6,1	1,7	38,6

FORNE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censos Demográficos.

Como se verifica nos dados acima, nos anos trinta, as mulheres nordestinas tinham em média 1,0 filho a mais que a média das brasileiras, o que representava um diferencial positivo de 16%. Na última década têm a mais 1,7 filhos, em média, em relação ao padrão nacional, significando um diferencial de quase 40%.

Observando o comportamento da fecundidade dentro da própria região nordestina, podem ser constatados alguns diferenciais importantes²:

a) O diferencial por quadro domiciliar.

2) Sobre diferenciais a nível de sub-regiões geo-econômicas, ver CAMARANO, Ana Amélia e PINKOVISKY, Sheila. *Diferenciais de Fecundidade no Nordeste, apresentado no Seminário sobre Diferenciais demográficos regionais, ABEP/FUNDAJ, Recife, 1984.*

O índice de fecundidade total se apresenta bem mais elevado na população feminina residente nos quadros rurais, e na última década, quando a fecundidade média regional declina, como se viu anteriormente, essa queda se dá com mais intensidade nos quadros urbanos, onde se constata uma redução de 23% no número médio de filhos tidos por mulher, contra apenas 10% nos quadros rurais (ver Tabela 3).

TABELA Nº 3
NORDESTE: Índice de Fecundidade Total, por quadro domiciliar

Período	Total	Urbano (1)	Rural (2)	Variações (%)		Diferencial Rural-urbano (2) - (1)
				Urbano	Rural	
1960 - 1970	7,53	6,44	8,45	-	-	2,0
1970 - 1980	6,13	4,94	7,66	- 23	- 9,5	2,7

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censos Demográficos.

Resultado desse comportamento desigual no ritmo pelo qual a fecundidade se reduz, o diferencial rural-urbano se amplia, entre as duas últimas décadas, passando de 2,0 para 2,7 filhos tidos por mulher.

b) diferencial por Estados

Como se pode observar nos dados constantes da Tabela 1, o Nordeste apresenta diferenciações de fecundidade importante entre os Estados que integram a região.

Na década de quarenta, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará lideravam os índices de fecundidade (em torno de 8,3 filhos por mulher), enquanto Alagoas, Pernambuco e o Maranhão apresentavam os mais baixos índices (cerca de 6,6 filhos por mulher). O diferencial entre o estado de mais alta fecundidade (a Paraíba) e o de mais baixa (Alagoas) era de 1,8 filhos.

Nas décadas imediatas seguintes, a fecundidade média regional permanece praticamente inalterada, e se verificava a tendência a uma certa convergência, comandada pela elevação da fecundidade nos Estados que antes apresentavam os mais baixos índices, aliada a uma ligeira queda observada no Ceará e na Paraíba, permanecendo a liderança com o Rio Grande do Norte (onde as mulheres apresentavam o elevado índice de 8,4 filhos, sendo que na zona rural essa média se elevava para 9,8 filhos). O diferencial interstadual se reduziu, nos anos sessenta, para 1,4 filhos.

Na última década, acontece em todos os Estados a redução da fecundidade, merecendo no entanto referência o caso do Rio Grande do Norte, onde a fecundidade cai em 33% em relação aos anos sessenta, queda especialmente sentida nas mulheres urbanas daquele Estado, mas também muito

importante entre as mulheres do campo. Assim é que esse Estado se situa atualmente ao lado de Pernambuco, entre os de mais baixa fecundidade, invertendo sua posição em uma década. Os níveis mais elevados da fecundidade são observados na porção mais ocidental do Nordeste (Maranhão e Piauí) e no estado de Alagoas. O diferencial interestadual não apresenta alteração significativa, na última década, sendo de 1,5 filhos nos anos setenta.

Visualizando, dentro dos próprios Estados, o diferencial entre a fecundidade urbana e rural, percebe-se que a maior convergência se dá no Maranhão (diferencial de 1,5 filhos, quando a média regional é 2,7), onde a fecundidade das mulheres urbanas é a mais alta da região, e onde, na zona rural, se verificou o único caso de exceção à tendência generalizada à queda da fecundidade.

Por sua vez, é em Sergipe, Alagoas e Pernambuco que se podem observar os maiores diferenciais rural-urbanos, sendo essa defasagem determinada nos dois primeiros casos por altos índices de fecundidade das mulheres da zona rural, aliás os mais elevados do Nordeste, e no caso de Pernambuco pela baixa fecundidade das mulheres urbanas, a menor do Nordeste.

c) diferencial por faixa de renda e por nível de instrução.

Os dados disponíveis mostram que também no Nordeste o comportamento da fecundidade é muito diferenciado em relação ao rendimento familiar.

Nas faixas dos sem rendimento ou de renda familiar média até um quarto do salário mínimo, em 1980, o índice de fecundidade (8,3 filhos) era muito superior à média regional (ver Tabela nº 4).

TABELA Nº 4
NORDESTE: Índice de Fecundidade Total, por faixas de renda familiar média (1980)

Faixas de renda	IFT	Variação	
		absoluta	relativa (%)
Sem rendimento	8,3	-	-
Até 1/4 de salário mínimo	8,3	-	-
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	5,3	-3,0	-36
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	3,7	-1,6	-30
Mais de 1 salário mínimo	2,8	-0,9	-24
Média Regional	6,1	-	-

FONTES DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censo Demográfico de 1980.

A redução mais significativa da fecundidade se verifica quando a família passa a auferir entre 1/4 e 1/2 do Salário Mínimo por mês: o índice de fecundidade diminui em 3,0 filhos, em média, por mulher, ou seja 36% menor que o das classes imediatamente anteriores de rendimento.

No estrato seguinte, ou seja, entre metade e um salário mínimo, ainda se verifica uma importante queda da fecundidade (30% a menos).

Cabe lembrar que, em 1980, 61% da população economicamente ativa (PEA) do Nordeste auferiam menos de 1 salário mínimo, exclusiva os sem rendimentos³. Se considerados os que estavam ligados a atividade agropecuárias, 78% da PEA estavam nessa classe de rendimento.

Por outro lado, para as nordestinas cuja renda familiar média situava-se acima do salário mínimo, o índice de fecundidade é bem mais baixo que a própria média brasileira.

O comportamento da fecundidade tende também a diminuir, no Nordeste, na razão inversa da evolução do nível de instrução, como demonstram os dados abaixo apresentados.

TABELA Nº 5
NORDESTE: Índices de Fecundidade, segundo anos de estudo
1965 - 1970 e 1975 - 1980

Anos de estudo	1965-1970 Índice	1975-1980	
		Índice	Variação %
Sem instrução e < 1 ano.	9,2	7,9	-
1 a 3 anos	8,2	7,1	-10,1
4 anos	6,2	5,3	-25,4
5 a 7 anos	5,6	4,3	-18,9
8 anos e mais	2,4	2,3	-46,5
Total	8,0	6,1	-

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980.

A fecundidade se reduz fortemente quando a mulher atinge 4 anos de estudo, mas a queda mais significativa se verifica a partir de 8 anos de instrução (secundário completo).

3) Para o Brasil como um todo, esse percentual era de 34%, em 1980.

1.2. Os principais determinantes

O comportamento da fecundidade é influenciado por fatores ligados à dinâmica das próprias variáveis demográficas e por condicionantes e transformações do quadro social e econômico.

A elevada fecundidade das mulheres nordestinas, no contexto nacional, tem sido freqüentemente associada ao fato - mais especificamente demográfico - das nordestinas ainda iniciarem mais cedo sua vida conjugal (seja por união civil, religiosa ou consensual). Por sua vez, a tendência recente a adiar a entrada na primeira união conjugal⁴ poderia ter influído na também recente queda dos níveis de fecundidade no Nordeste.

Já na explicação do diferencial rural-urbano, a idade ao casar parece ter pouco significado no Nordeste, uma vez que a ação da migração seletiva (mais masculina) dificultando casamento das mulheres camponesas, tende a aproximar essa variável nos dois quadros domiciliares da região, embora ela se apresente mais alta nas áreas urbanas.

Mas MERRICK e GRAHAM⁵ observaram que o menor diferencial rural-urbano do País se encontrava exatamente no Nordeste.

O estudo das tendências da nupcialidade no Nordeste de LEVY e PAGLIARO apontam para a reduzida influência desse fator na recente queda da fecundidade⁶.

Por sua vez, a literatura faz referência à influência de quedas na mortalidade sobre o comportamento da fecundidade.

O fato de a região Nordeste ainda apresentar os mais altos índices de mortalidade do País, inclusive de mortalidade infantil, poderia apresentar-se como um fator de resistência à ação desse "efeito-mortalidade" e contribuir para explicar a manutenção do alto padrão de fecundidade nessa região. Por outro lado, a queda das taxas de mortalidade na última década poderia ter tido uma certa influência no declínio recente da fecundidade, mas como a redução da mortalidade não foi muito grande, outros fatores explicativos devem ser buscados. Para o futuro comportamento da fecundidade muito pode

4) Ver estudo para o período 1960-1976, de ALTMAN e WONG. *Estimativas de fecundidade para o Brasil e suas regiões a partir de informações sobre nupcialidade e fecundidade marital*. S. Paulo, 1981, citado por MOREIRA e MOREIRA. *A fecundidade no Nordeste*, pg. 221.

5) Ver MERRICK e GRAHAM. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio. Zahar, 1981.

6) Ver LEVY, Maria Stella F. & Pagliaro, Heloisa "Tendências Recentes da Nupcialidade no Nordeste: diferenças e semelhanças". ABEP. *IV Encontro Nacional*. S. Paulo, 1984.

se esperar desse efeito-mortalidade, se essa variável se reduzir mais fortemente.⁷

Merece referência como elemento influenciador da dinâmica da fecundidade, o uso de práticas controlistas tais como a utilização de anticoncepcionais, o prolongamento da amamentação, a prática do aborto. O planejamento familiar e até o controle da natalidade parecem ter tido um certo peso na recente queda da fecundidade regional, sendo que seu poder explicativo sobressai no comportamento diferenciado da fecundidade entre os Estados. Pernambuco e Rio Grande do Norte, estados que apresentam os níveis mais baixos de fecundidade são exatamente aqueles onde se concentrou a ação da BENFAM, e segundo dados dessa própria entidade, ali estão os mais elevados percentuais de mulheres entre 15 e 49 anos fazendo uso de anticoncepcionais, na região (respectivamente 41% e 47%).⁸

Sem o efeito dessas práticas controlistas seria difícil explicar como o Rio Grande do Norte passa de líder das altas taxas de fecundidades regional, nos anos sessenta, para o penúltimo lugar na década seguinte, com redução significativa na fecundidade urbana e rural, como foi visto anteriormente.

Entre os determinantes associados ao quadro sócio-econômico, tem sido freqüentemente salientado o papel da "modernização" e da urbanização sobre o comportamento da fecundidade.

As altas taxas de fecundidade regional estariam relacionadas com um peso relativamente menor das atividades tipicamente integrantes do núcleo capitalista da economia ou com uma menor urbanização.

Em 1980 o Nordeste tinha apenas metade de sua população residindo em áreas urbanas (sabendo-se quanto é amplo o conceito de "urbano" no Censo Demográfico) contra 83% no caso do Sudeste. Isso teria relação com a alta fecundidade nordestina. A vida urbana, na concepção dos teóricos da modernização, é normalmente associada a maiores possibilidades de escolarização, a maior participação feminina na força de trabalho ocupada, fatores que, entre outros, reduzem a fecundidade.

Assim, o aumento desse grau de urbanização na última década teria influído na queda da fecundidade. Em 1970 apenas 42% da população regional habitavam áreas urbanas, tendo essa fração sido ligeiramente superior a 50% para 1980.

A relativamente menor difusão do capital, enquanto relação social, e a concomitante prevalência de relações sociais atrasadas no Nordeste, sobretudo nas áreas rurais, pode auxiliar no entendimento do padrão de fecundidade elevado e o avanço do capitalismo é geralmente associado à queda recente dessa variável demográfica.

7) Ver sobre condicionantes da queda da fecundidade, MOREIRA e MOREIRA. A fecundidade no Nordeste, in *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. CONDEPE. Jul/Dez. 1981, nº 8/2.

8) Ver BENFAM/CDC/IFRP. *Pesquisa de Saúde – Materno – Infantil e Planejamento Familiar*.

A teoria da modernização tende a associar esse avanço com aspectos positivos, como a maior presença feminina no mercado de trabalho, a melhoria de níveis de renda e de instrução, como se viu anteriormente.

Era freqüente se recorrer a essa teoria para discutir os diferenciais inter e intra-regionais. No Nordeste, os menores níveis de renda, a forte presença das atividades informais, o elevado analfabetismo ou níveis muito baixos de instrução, a grande importância do *habitat* rural eram associados ao elevado padrão de fecundidade, ao retardamento dessa queda a nível nacional, ao significativo diferencial rural-urbano e ao seu aumento recente face a uma queda mais acentuada da fecundidade urbana.

No entanto, alguns problemas se colocam a essa explicação. Por exemplo, nas classes de alta renda já vinham sendo observados índices baixos de fecundidade, e portanto a queda recente deve ter ocorrido de forma mais significativa nas mulheres de mais baixos padrões de vida. Assim, a teoria da modernização perde seu poder explicativo e numerosos estudos têm associado essa queda ao estilo do desenvolvimento recente no País e no Nordeste e suas conseqüências, não positivas, mas perversas sobre a população.

As transformações econômicas recentes, que alteraram relações de trabalho, que ampliaram a pressão sobre a terra, que proletarizaram, desruralizaram e pauperizaram a população, que impuseram a monetização do custo de reprodução da força de trabalho (inclusive no campo), que deterioraram as condições de vida da maioria dos nordestinos e influenciaram fortemente a fecundidade.

A forma como a economia mudou recentemente, inviabilizou outras respostas (a emigração fora no passado, por exemplo, uma resposta à pressão sobre a terra) e impôs a redução da fecundidade.

A deterioração da qualidade da vida transformou a redução do número de filhos em um imperativo⁹.

Com esse violento movimento de proletarização não se completa plenamente na região, como as condições da dinâmica da acumulação capitalista impõem a expansão do "informal" no bojo de um intenso crescimento econômico, a queda é mais lenta que em outras regiões. Mas sua tendência é permanecer caindo. O agravamento da situação econômica, com a crise e a recessão, deverá influenciar o comportamento da fecundidade na atual década.

2. O COMPORTAMENTO DA MORTALIDADE

2.1. As tendências

Um dos indicadores mais utilizados para estudar o comportamento da mortalidade geral é a esperança de vida ao nascer, uma vez que ele não é in-

9) Ver PAIVA Paulo. *Algumas hipóteses sobre as relações entre proletarização e fecundidade no Brasil*, in *Anais do Encontro Nacional de Economia*, nº 8, ANPEC, 1980.

fluenciado por alterações na estrutura etária da população, como ocorre com a taxa bruta de mortalidade.

Observando a evolução da esperança de vida ao nascer do nordestino a partir dos dados constantes da Tabela nº 6, pode-se verificar uma tendência a elevação, a partir de 1960. Os dados do Censo Demográfico de 1980 permitem estimar que o nordestino vive, em média, 51 anos (seis anos a mais que na década anterior).

No entanto, a mortalidade geral no Nordeste continua sendo a mais elevada do País. Basta verificar que, em 1980, a esperança de vida do Nordeste era igual à média brasileira de vinte anos antes.

O diferencial entra a média nordestina e a nacional já foi bem menor (2,8 anos em 1940), tendo se ampliado até 1960 (10,6), e posteriormente declinado (7,9 anos, em 1970).

Na década de setenta ele volta a aumentar, atingindo 8,7 anos, em 1980. Isso significa que a mortalidade caiu mais rapidamente em outras regiões do País, entre 1970 e 1980.

No Nordeste, na última década, a redução dos níveis gerais de mortalidade foi maior nas zonas urbanas da região, tanto que no período 1960-1970 a esperança de vida era bem maior na zona rural e na década seguinte, ela praticamente se iguala em ambos os quadros domiciliares (51,8 anos na zona rural e 51,1 anos na zona urbana). Deste ponto de vista, a tendência foi a de convergência dos níveis gerais de mortalidade dentro da região nordestina.

No entanto, o exame dos diferenciais da mortalidade, quer por sexo, quer por unidade da federação, revela a persistência de alguns diferenciais intra-regionais¹⁰.

Os dados da Tabela nº 6 permitem assinalar que, a partir dos anos cinquenta, Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia têm sempre apresentado esperanças de vida superiores à média regional, fato que se confirma também na última década. Exceto Sergipe, os outros se encontram entre os estados de menor grau de urbanização de suas populações. Em 1980, têm ainda mais da metade de seu contingente populacional residindo no campo, sendo que no Maranhão esse percentual chega quase a 70%.

Por sua vez, a Paraíba e o Rio Grande do Norte têm historicamente liderado os altos níveis de mortalidade na região. A esperança de vida nesses estados, em 1980, era igual à média brasileira de há trinta anos, e à média nordestina de uma década atrás.

No entanto, cabe destacar que o diferencial dos níveis de mortalidade entre os Estados se reduziu na última década: era de 14,3 anos (entre o Piauí

10) *Importantes diferenciais são detectados quando se divide o Nordeste em sub-regiões geo-econômicas, unidade observacional mais homogênea que a tradicional Unidade da Federação (Estados). Ver MOREIRA Morvan M. "Diferenciais de Mortalidade no Nordeste, por sub-regiões". Seminário sobre Diferenciais Demográficos do Nordeste. ABEP/FUNDAJ. Recife, 1984.*

TABELA Nº 6
BRASIL E NORDESTE: Esperança de vida ao nascer e probabilidade de
morte antes de completar o 1º ano de vida (1q0)

	Esperança de vida ao nascer					Probabilidade de morte ate 0 1º ano (1q0)				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
	BRASIL	41,5	45,5	51,6	53,4	60,1	163,6	146,4	121,1	113,8
Reg. Nordeste	38,68	38,94	40,98	45,54	51,01	176,38	175,20	166,03	146,25	124,5
Maranhão	42,99	44,45	49,01	48,84	52,78	157,19	150,88	131,80	132,50	-
Piauí	43,68	45,41	47,88	50,71	58,09	154,20	146,79	136,46	124,86	-
Ceará	42,19	41,34	38,60	43,31	47,50	160,67	164,43	176,75	155,80	-
R.G. do Norte	35,36	36,07	36,44	36,40	45,47	190,97	188,55	186,80	186,99	-
Paraíba	36,13	35,56	35,81	42,08	44,43	188,26	190,97	189,78	161,15	-
Pernambuco	35,78	35,73	37,37	43,71	47,04	189,92	190,16	182,39	154,07	-
Alagoas	37,60	37,29	37,79	42,99	44,91	181,31	182,77	180,44	157,19	-
Sergipe	35,93	38,06	41,77	45,37	54,97	189,21	179,21	162,53	146,96	-
Bahia	40,77	40,99	45,82	49,23	57,79	166,96	165,98	145,07	130,89	-

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 1970 e 1980.

e o Rio Grande do Norte) no período 1960-1970 e passa para 11 anos na década passada (entre o Piauí e a Paraíba).

A evolução mais rápida se dá nos estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe, onde o aumento de esperança de vida foi de cerca de 10 anos, em uma década.

A mortalidade se comporta diferentemente, segundo os sexos, como mostram os dados da Tabela nº 7.

TABELA Nº 7

**NORDESTE: Esperança média de vida, por sexo e situação de domicílio.
1960-1980**

Especificação	1960-1970		1970-1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	42,4	47,8	48,5	54,2
Rural	42,6	47,9	48,4	54,1
Urbana	40,0	45,1	49,3	55,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980.

As mulheres apresentam mais elevados índices de esperança de vida, sendo que o diferencial entre os sexos se ampliou ligeiramente nas duas últimas décadas (passa de 5,4 para 5,7 anos), especialmente nas zonas urbanas. Até 1970, homens e mulheres nordestinas das áreas rurais apresentavam maiores esperanças de vida e na última década essa liderança foi assumida pelas mulheres e homens urbanos, confirmando o que foi inicialmente salientado, ou seja, a redução mais rápida dos níveis de mortalidade nas áreas urbanas da região.

Finalmente vale salientar, no que se refere à mortalidade infantil, que os dados sobre a probabilidade de morte até o primeiro ano (ver Tabela nº 6) mostram o quanto permanece elevado o índice do Nordeste (40% acima da média nacional) em 1980.

O diferencial entre o Nordeste e o conjunto do País, que havia se reduzido entre 1960 e 1970, voltou a se ampliar na última década.

Embora reduzida, quando vista a nível nacional, a queda recente da mortalidade infantil nordestina fica evidenciada, quando comparada aos níveis de décadas passadas.

2.2. Os principais determinantes

Os estudos sobre o comportamento da mortalidade regional¹¹ têm apontado como principais determinantes da elevação da esperança de vida o desenvolvimento e a maior disponibilidade de novas tecnologias, tais como vacinas, novas drogas, novas tecnologias de reposição hídrica, etc.

Nas tendências de longo prazo, influiria também o chamado fenômeno da adaptação, ou seja, a diminuição da virulência de germes infectantes, em seu contacto permanente com a população.

Na última década, a queda dos níveis de mortalidade estava fortemente associada a uma maior oferta de serviço de saúde - inclusive medicina preventiva e atendimento primário - e a uma melhoria nas condições de abastecimento d'água.

Mais do que melhorias nas condições de vida da população, a influência de variáveis "externas", como as anteriormente referidas, teriam determinado a redução da mortalidade geral e infantil nas últimas décadas, no Nordeste. Aceita-se assim que, melhorias na qualidade de vida influenciam nos níveis de mortalidade, mas que a recíproca nem sempre é verdadeira. Eles podem ser alterados sem que a população eleve sua renda, seu consumo, seu padrão de vida. A análise dos níveis de emprego, de renda, de nutrição nordestinos, nos anos setenta, indica que as condições de vida não melhoraram significativamente para a grande maioria da população e a queda da mortalidade reflete a atuação desses elementos, ditos externos. A maior disponibilidade de água, por exemplo, influencia fortemente a mortalidade, por reduzir a incidência e a letalidade de doenças de veiculação hídrica. Em 1970, 79% dos domicílios particulares nordestinos não dispunham de abastecimento de água, ligados à rede geral, com poço ou nascente. Esse percentual cai para 44%, em 1980, e o avanço se verifica sobretudo nas zonas urbanas¹². A oferta de serviços de saúde se ampliou relativamente mais nas zonas urbanas. Esses elementos podem explicar por que a esperança de vida avançou relativamente mais nos quadros urbanos da região, na última década.

Resta explicar por que os estados menos urbanizados continuam apresentando as mais altas esperanças de vida, como foi visto antes. Isso teria a ver com as formas de organização social predominantes nas áreas rurais desses Estados.

São exatamente os espaços rurais que constituíam a chamada fronteira agrícola regional onde se observam os mais baixos níveis de mortalidade geral. Áreas, portanto, onde predomina - relativamente a espaços de ocupação econômica mais antiga e mais densa - a agricultura dos pequenos pro-

11) Ver NUNES DA SILVA, Roberto *Considerações sobre os determinantes das taxas de mortalidade*, in *Seminário sobre Diferenciais Demográficos Inter-regionais*, Recife, ABEP/FUNDAJ, 1984.

12) Em 1980, 25% dos domicílios da zona urbana e 62% dos domicílios rurais não dispunham de abastecimento de água, conforme IBGE, *Censo Demográfico*.

dutores autônomos que se adentravam na fronteira agrícola em busca de se reproduzirem como tal. São os espaços rurais maranhenses, piauienses, baianos, **exteriores** à área de maior incidência das secas e às áreas de domínio das atividades mais rentáveis, mais voltadas para mercado, como a cana, o cacau, a pecuária. São espaços onde ainda nos anos setenta os pequenos produtores lutavam contra as novas tendências de ocupação capitalista da fronteira, e onde antes predominava relativamente a produção para subsistência.

A mais alta esperança de vida dessas áreas, historicamente observada, mostra que a população conseguia sobreviver mais nessas áreas que nos centros urbanos ou nos espaços agrícolas de atividades ditas mais modernas.

Mas as tendências recentes, inclusive as da última década, com o novo estilo e ocupação da fronteira, indicam que esse quadro tende a mudar. O fechamento da fronteira, a expulsão de posseiros devem alterar esses dados na atual década.

A pequena melhoria no nível de sobrevivência da população nordestina, inclusive nas áreas urbanas, onde tanto se investiu nas últimas décadas, revela os modestos resultados sociais obtidos por esse tipo de crescimento concentrado, modernizante e conservador de velhas estruturas de dominação.

Mostra também os curtos limites da redução da mortalidade sem que se alterem significativamente para melhor os níveis de renda, de ocupação, de consumo da maioria da população.

3. A DINÂMICA MIGRATÓRIA

3.1. As tendências

O Nordeste tem-se caracterizado historicamente como uma "terra de arribação", como bem denominou Ivan Targino em estudo sobre a emigração nordestina¹³.

Uma das principais funções exercidas neste século pela região no contexto nacional é a de funcionar como reservatório de mão-de-obra, exportada para outras áreas do País.

O Censo Demográfico de 1980 encontrou mais de 6 milhões de nordestinos residindo em outras regiões brasileiras, o que representa 15% do total de naturais do Nordeste, e 17,5% dos residentes na Região. Só na última década, emigraram 2,3 milhões de pessoas. Esses dados já indicam a dimensão da emigração nordestina.

Sendo o Nordeste uma das regiões brasileiras de elevada taxa de crescimento vegetativo de sua população, vem, no entanto, gradativamente perdendo importância relativa no conjunto do País, como resultado de uma per-

13) Ver TARGINO, Ivan. *Nordeste: Terra de Arribação*, Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da UFPE - PIMES -, Recife, 1978.

sistente transferência de população para outras regiões. Em 1950, o Nordeste abrigava 35% da população brasileira, e em 1980 esse percentual caiu para 29%.

Em contrapartida, a imigração nunca teve importância para a dinâmica migratória regional. Na década de setenta, mesmo tendo-se observado uma intensificação do fluxo de imigração, o total de não nordestinos residentes (425 mil pessoas) representava pouco mais de 1% da população residente na Região.

No balanço migratório, o Nordeste apresenta tradicionalmente perdas migratórias importantes, como se pode observar na Tabela nº 8.

TABELA Nº 8

NORDESTE: População segundo a situação de naturalidade e de residência.

	Neturais Residentes (a)	Naturais Ausentes (b)	População Natural (c = a + b)	Não naturais Residentes (d)	População Residente (e = a + d)	Perdas (-) Migratórias (f = d - b)
1. Mil Pessoas						
1940	14.336,3	710,3	15.046,6	97,8	14.434,1	- 612,5
1950	17.854,7	1.025,0	18.879,8	118,1	17.972,8	- 906,9
1960	21.986,2	2.402,2	24.388,4	169,3	22.155,5	- 2.232,9
1970	27.873,7	3.726,1	31.599,8	237,0	28.110,7	- 3.489,1
1980	34.387,4	6.017,0	40.404,4	424,9	34.812,3	- 5.592,1
2. Taxas de Crescimento (% a.a.)						
1940/50	2,2	3,7	2,3	3,0	2,2	3,8
1950/60	2,1	8,8	2,6	2,6	2,1	9,5
1960/70	2,4	4,6	2,6	3,4	2,4	4,7
1970/80	2,1	4,9	2,5	6,0	2,2	4,8

FONTE: Atualizado do trabalho de MOURA, Hélio A. "Nordeste: Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais" in Revista Pernambucana de Desenvolvimento, CONDEPE, Recife, V.3 nº 2, jul./dez. 1982.

Essas perdas foram extremamente elevadas na décadas de cinqüenta, tendo o saldo líquido migratório crescido enormemente. Entre 1940 e 50 a região perdeu 907 mil pessoas e entre 1950 e 60 perdeu mais de 2,2 milhões de habitantes.

Naqueles anos, coincidiu ocorrer um intenso dinamismo econômico no Sudeste e uma crise generalizada na economia do Nordeste, agravada por uma grande seca (1958). Esse *boom* emigratório se arrefece na década de sessenta e mantém seu ritmo nos anos setenta, quando a economia nordestina cresce rapidamente.

O Sudeste tem sido o destino preferencial para os emigrantes do Nordeste. Em 1980, lá se encontravam 72% do total de nordestinos ausentes de sua região. O Centro-Oeste é o segundo pólo de atração, merecendo destaque o papel de Brasília.

Na última década, alguns fatos merecem referência. O Norte volta a crescer sua capacidade de atrair nordestinos e o inverso acontece com a região Sul. Por outro lado, apesar da crise já instalada na sua economia, a região Sudeste atraiu 80% dos que saíram do Nordeste entre 1970 e 1980 (1,8 milhão de nordestinos).

Os principais fornecedores de emigrantes para outras regiões do Brasil têm sido tradicionalmente a Bahia (que vem reduzindo seu peso no total da emigração, mas que em 1980 ainda respondeu por um terço dos emigrantes da região), Pernambuco, Ceará e Paraíba.

No entanto, quando se verifica o peso da emigração em relação à população de cada Estado, as maiores perdas relativas de população são observadas na Paraíba, Sergipe e Alagoas, e só em segundo plano na Bahia e Pernambuco (ver Tabela nº 9).

Outro componente importante da dinâmica migratória nordestina é a transferência de população dentro da própria região, especialmente o fluxo rural-urbano.

A magnitude desses deslocamentos fica desde logo evidenciada quando se observam os diferenciais entre as taxas de crescimento da população urbana e rural. Na década de setenta, os efetivos urbanos cresceram a uma taxa de 4,1% a.a. contra 0,5% a.a. de incremento da população rural. Alguns estados da região chegaram, na década de setenta, a reduzir, em números absolutos, seu contingente rural, como é o caso do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Tentando estimar as variações líquidas nos efetivos demográficos associados às migrações rural-urbanas no Nordeste, Hélio MOURA¹⁴ calcula que na década passada, os quadros rurais teriam perdido cerca de 4,5 milhões de pessoas, o equivalente a 27% de todo o efetivo residente em quadros rurais do Nordeste em 1970.

14) Ver MOURA Hélio A. *Nordeste: Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais*. in *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. Recife, v.9 nº 2, jul/dez. 1982 p. 198.

TABELA Nº 9
NORDESTE: Emigração para outras regiões do País, segundo as Unidades da Federação, 1970-1980.

Estados	1970			1980		
	Emigrantes (em 1.000)	%	% em relação à população presente	Emigrantes (em 1.000)	%	% em relação à população
	Maranhão	216,9	5,8	7,4	425,8	7,1
Piauí	125,8	3,4	7,5	264,3	4,4	12,5
Ceará	415,5	11,2	9,6	768,0	12,8	14,5
R.G. do Norte	188,2	5,0	12,2	300,3	5,0	15,9
Paraíba	353,5	9,5	14,9	619,3	10,3	22,5
Pernambuco	688,0	18,4	13,4	1.140,0	18,9	18,6
Alagoas	315,8	8,5	20,1	424,7	7,1	21,5
Sergipe	198,5	5,3	22,2	255,5	4,2	22,4
Bahia	1.227,7	32,9	16,6	1.819,0	30,2	19,4
NORDESTE	3.730,1	100,0	13,4	6.017,0	100,0	17,4

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE. Censo Demográfico, 1970 e 1980.

Cerca de metade desse contingente (2,2 milhões de pessoas) se dirigiu aos quadros urbanos da própria região, o que representa um decréscimo dos níveis de absorção urbana em relação à década de sessenta, quando as cidades nordestinas receberam 60% dos emigrantes rurais.

Daf a busca persistente de outras regiões do País, por parte de emigrantes nordestinos, como foi salientado anteriormente.

Com essa redução relativa da capacidade dos quadros urbanos do Nordeste em reterem o fluxo de pessoas que deixam a zona rural, o crescimento das áreas urbanas regionais é crescentemente explicado pelo próprio crescimento vegetativo das populações urbanas. Apesar do aumento no número absoluto do fluxo rural-urbano intra-regional¹⁵, o impacto direto do componente migratório no aumento da população urbana diminui: era de 46% na década de cinquenta e de 40% na de setenta.

O balanço das migrações inter-regionais e intra-regionais, feito para cada Estado do Nordeste desde 1940, revelava que todos eles apresentavam perdas líquidas de população, exceto o Maranhão. A década de setenta inclui o Maranhão na tendência geral da região, pois, pela primeira vez, esse Estado apresenta um saldo negativo nas suas trocas migratórias de cerca de 47,5 mil pessoas, o correspondente a 1,2% de sua população residente¹⁶.

Quando se comparam, para as décadas de sessenta e setenta, os dados da imigração e da emigração maranhense, verifica-se que a imigração praticamente estacionou enquanto a emigração quase duplicou (aumentou 92,4%), conforme se verifica na Tabela nº 10¹⁷.

Vale finalmente destacar que quando se estuda o Nordeste segundo regiões geoeconômicas, agrupadas com base nas microrregiões definidas pelo IBGE, e portanto, unidades observacionais mais homogêneas que os Estados, verifica-se entre as duas últimas décadas uma tendência à generalização das áreas de expulsão de população. Os Mapas 1 e 2, elaborados por Maria Emiliana Ribeiro¹⁸ destacam as microrregiões que, em cada uma das décadas

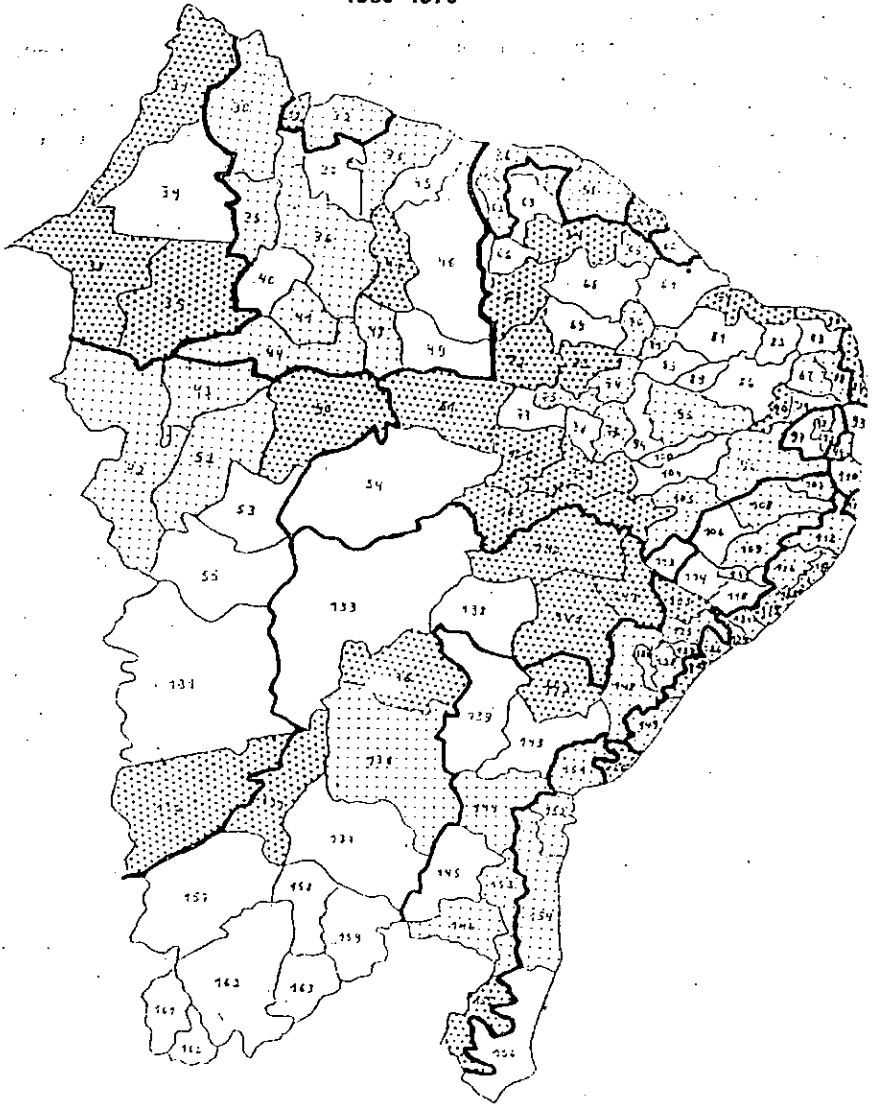
15) 1,7 milhão de pessoas nos anos sessenta e 2,2 milhões na década de setenta.



16) Ver SAMPAIO, Aídl e ROCHA Risalva V. *Tendências das Migrações no Nordeste, 1940-1980* apresentado no Seminário sobre Diferenciais Demográficos do Nordeste, ABEP/FUNDAJ, Recife, 1984.

17) Vale ressaltar, no entanto, que o Maranhão é o único estado nordestino onde, na década de setenta, ainda se registra um significativo crescimento da população rural (2,1% a.a., quando a média regional foi de 0,5% a.a.).

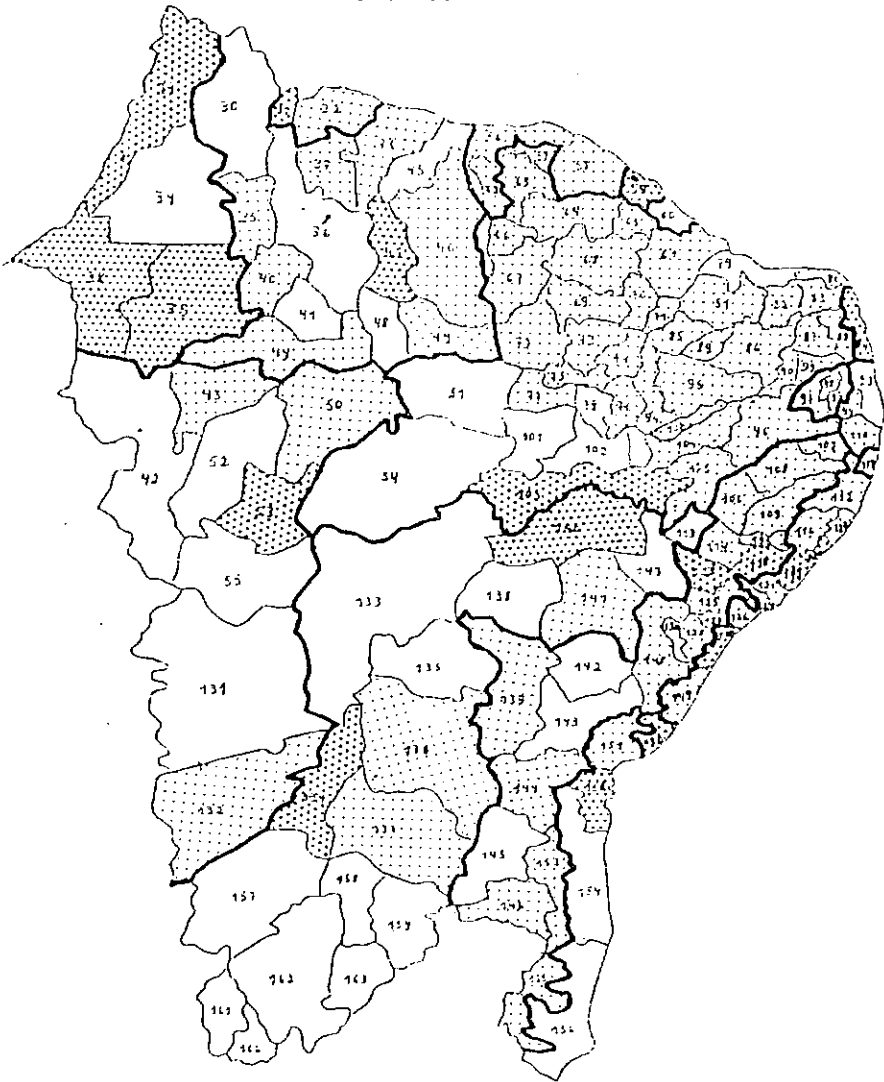
18) Ver RIBEIRO, Maria Emiliana "Tipologia do Nordeste segundo algumas características demográficas: subsídios para análise" apresentado no Seminário sobre Diferenciais Demográficos do Nordeste e seus determinantes, ABEP/FUNDAJ, Recife, 1984.

MAPA 1
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO NORDESTE
(EM MICRORREGIÕES)
1960-1970



-  Áreas de repulsão de população
-  Áreas de atração de população

MAPA 2
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO NORDESTE
(EM MICRORREGIÕES)
1970-1980



Áreas de repulsão de
população



Áreas de atração de população

TABELA 10
MARANHÃO: Balanço migratório. 1970-1980

Especificação	1970	1980
EMIGRAÇÃO TOTAL	262.897	505.793
Inter-Regional	216.898	425.800
Inter-Regional	45.999	79.993
IMIGRAÇÃO TOTAL	421.064	458.296
Inter-Regional	17.190	48.444
Inter-Regional	403.874	409.852
SALDO	+ 158.167	- 47.497

FONTE: IBGE. Censos Demográficos do Maranhão, 1970 e 1980.

referidas, apresentaram taxas anuais de crescimento populacional: baixa (menos de 2%) média (mais de 2 a 3%) e alta (mais de 3%), assim classificadas em referência à taxa média do Nordeste.

As microrregiões com crescimento baixo são consideradas áreas de expulsão de população. Merece referência o que acontece com o sertão-norte, área de domínio do complexo gado-algodão, com as áreas de porção oriental do Piauí, e a porção norte do sertão baiano que, em uma década, passam de áreas estáveis demograficamente ou de atração populacional para áreas expulsoras de contingentes humanos.

3.2. Os principais determinantes

A dinâmica migratória nordestina destaca sua persistente tendência a gerar emigrantes, tanto no sentido rural-urbano dentro da região, como colocando amplos contingentes populacionais fora do Nordeste. Essa tendência era atribuída, em décadas anteriores, como as de quarenta e cinquenta, predominantemente às condições de estagnação e crise da economia nordestina. Nos anos pós-sessenta, a economia regional se dinamiza (o PIB cresce cerca de 7,1% a.a. entre 1960 e 1980) e altera o ritmo da emigração inter-regional.

Esse contexto de expansão econômica marca, no Nordeste, inclusive a década de setenta, quando a maturação de importantes investimentos feitos, sobretudo no setor industrial, sustenta a economia regional, que apresenta uma desaceleração mais lenta que outras áreas do País.

As explicações para a dinâmica migratória passam, portanto, essencialmente por fatores de expulsão associados ao crescimento econômico.

A dinâmica e as transformações da economia rural nordestina estão na raiz do intenso movimento de emigração do campo, antes mostrado. Números estudos têm revelado que importantes mudanças ocorreram nessas duas últimas décadas, sendo muitas delas estimuladoras da emigração ou desestimuladoras da imigração.

Merecem destaque dinâmicas sub-regionais, como as do agreste, da região litoral-úmida, do Recôncavo Baiano, do sertão e da antiga área de fronteira. Os processos que aí se operam seguem de perto o estilo de desenvolvimento agropecuário dominante no País, onde ressaltam movimentos de substituição de atividades, modernização e o chamado fechamento da fronteira agrícola, que têm, assim, sua versão nordestina.

O agreste, por exemplo, forte expulsor de população rural nesses últimos vinte anos, tendeu a substituir a policultura pelo capim, no crescente predomínio da atividade pecuária, como mostram LACERDA de Melo e CARNEIRO¹⁹. Essa pecuarização, estimulada pela demanda crescente de produtos pecuários pelas zonas urbanas regionais e sobretudo pelos estímulos governamentais (crédito e incentivos fiscais), inviabiliza antigo sistema de arrendamento do qual dependia o acesso à terra e a sobrevivência de amplos contingentes de pequenos produtores rurais. A proletarianização e a desruralização se impõem e como o dinamismo urbano dessas áreas é limitado, muito emigrantes procuram outras áreas nordestinas ou outras regiões do País.

A década de sessenta já apresentava o agreste como um dos espaços rurais expulsores de população e os anos setenta confirmam essa tendência.

A zona do litoral-úmido oriental, densamente povoada, apresenta na década de setenta a condição de área de imigração líquida pelo papel exercido pela sua relativamente densa malha urbana, mas persiste na sua função de importante fonte de emigração rural, embora, em relação aos anos sessenta, tenha melhorado sua capacidade de retenção relativa dos quadros rurais, como mostra MOURA²⁰, certamente associado ao impulso que a atividade canieira, amplamente dominante nesses espaços, toma com os estímulos à produção de cana para sua transformação em álcool, uma das respostas brasileiras à elevação dos preços do petróleo.

O avanço da modernização e a expansão das áreas cultivadas impulsionaram mudanças que, na década, se desenvolviam, tendentes a proletarianizar amplos contingentes e a definir um mercado de trabalho de demanda fortemente irregular, que torna crescente o predomínio do trabalhador temporário ("clandestino", versão regional do "bóia-fria").

19) Ver MELO, Mário Lacerda de. *Os agrestes*. SUDENE. *Série Estudos Regionais* nº 4, 1981, e CARNEIRO, Ricardo. *Relações de produção e emprego na agricultura do Nordeste*. In *Dinâmica da Economia e absorção de mão-de-obra*. SUDENE. *Série População e Emprego* nº 18. 1984.

20) Ver MOURA, Hélio. *op. cit.* p. 204.

O Recôncavo é a principal fornecedora de emigrantes para Salvador, há décadas, pela gradativa incapacidade da agricultura minifundiária em absorver seu crescimento populacional²¹.

Mas, nos anos setenta, o sertão e a fronteira merecem destaque. O sertão, que, nos anos sessenta, tinha guardado relativamente melhor sua população, apresenta forte tendência à emigração, nos anos setenta. O avanço da pecuária e a deterioração da produção algodoeira são tendências a registrar, valendo ainda lembrar que o Censo de 1980 foi realizado em pleno período de seca (que se estendeu de 1979 a 1983), o qual desarticulou a economia sertaneja, levando 2,5 milhões de pessoas às frentes de trabalho criadas pelo Governo.

A fronteira agrícola parece ter completado seu fechamento, como revelaram os dados da dinâmica demográfica do Maranhão.

O avanço de grandes empresas rurais, madeireiras e pecuárias, sobretudo, fortemente estimulado pelo Governo, inviabiliza crescentemente o papel que essas terras cumpriam na absorção de contingentes populacionais²².

Vale ressaltar finalmente, que a dinâmica do mercado de trabalho urbano, onde a indústria e o terciário crescem, se diversificam, se modernizam, não é suficientemente amplo para reter o fluxo que se desruraliza. Daí a persistente emigração para o Sudeste, mesmo numa década marcada pela desaceleração da atividade produtiva daquela região.

21) Ver SOUZA, Guaraci Alves. *Urbanização e fluxos migratórios para Salvador*. CRH/UFBA, 1971.

22) Ver a respeito MELO, Mário Lacerda. *O Meio-Norte*. SUDENE. *Série Estudos Regionais*, nº 9, 1983 e TARGINO, Ivan. In "Seminário sobre Diferenciais Demográficos Regionais". ABEP/FUNDAJ. Recife, 1984.

BIBLIOGRAFIA

1. CAMARANO, Ana Amélia & PINKOVISKY, Sheila. **Diferenciais de Fecundidade no Nordeste**, mimeo. Apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos e seus Determinantes", 6 a 8 de fevereiro de 1984, Recife.
2. CARNEIRO, Ricardo. "Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste in **Dinâmica da Economia e Absorção da Mão-de-obra**, SUDENE, Série População e Emprego nº 18, Recife, 1984.
3. LACERDA DE MELO, Mário. **O Meio-Norte**, SUDENE, Série Estudos Regionais nº 9, Recife, 1981.
4. LACERDA DE MELO, Mário. **Os Agrestes**, SUDENE, Série Estudos Regionais nº 4, Recife, 1981.
5. LEVY, Maria Stella & PAGLIARO, Heloisa. **Tendências Recentes da Nupcialidade no Nordeste: Diferenças e semelhanças**, mimeo. apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos e seus Determinantes", Recife, fevereiro 1984.
6. MERRICK, Thomas & GRAHAM, Douglas. **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, Rio, Zabar, 1981.
7. MOREIRA, Ana Amélia & MOREIRA, Morvan M. "A Fecundidade no Nordeste", **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, CONDEPE, jul/dez 1981, n. 8/2.
8. MOREIRA, Morvan M. **diferenciais de Mortalidade no Nordeste, por sub-regiões**, mimeo, apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos e seus Determinantes", Recife, fevereiro, 1984.
9. MOURA, Hélio A. "Nordeste: Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais", **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, CONDEPE, Recife, v.9, jul/dez 1982.
10. NUNES DA SILVA, Roberto. **Considerações sobre os determinantes das taxas de mortalidade**, mimeo. Apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos e seus Determinantes", Recife, fevereiro, 1984.
11. PAIVA, Paulo. "Algumas hipóteses sobre as Relações entre proletarianização e fecundidade no Brasil, **Anais do Encontro Nacional de Economia**, nº 8, ANPEC, 1980.

12. RIBEIRO, Maria Emiliana. **Tipologia do Nordeste Segundo Algumas Características Demográficas: Subsídios para Análise**, mimeo, apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos e Seus Determinantes", Recife, fevereiro, 1984.
13. SAMPAIO, Aidil & Rocha, Risalva V. **Tendência das Migrações no Nordeste, 1940/1980**, mimeo, apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos Regionais e seus Determinantes", Recife, fevereiro, 1984.
14. SOUZA, Guaracy Alves. **Urbanização e fluxos migratórios para Salvador**, CRH/UFBA, Salvador, 1971.
15. TARGINO, Ivan. **Nordeste: Terra de Arribação**, dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Economia da UFPE(PIMES), Recife, 1978.
16. TARGINO, Ivan. **Frente da Expansão Camponesa no Maranhão**, mimeo, apresentado no Seminário ABEP/FUNDAJ, "Nordeste: Diferenciais Demográficos Regionais e seus Determinantes", Recife, fevereiro 1984.